

DIÁLOGO COM PROFESSORES ACERCA DA INCLUSÃO EM ESCOLAS REGULARES

Débora Francieli Vercelino da Trindade¹

RESUMO: Com o passar dos anos e o advento de leis a mentalidade e a forma como as pessoas com deficiências são tratadas foi mudando e principalmente em relação à educação formal que passou a ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, por isso vem surgindo uma inquietação: Os professores estão devidamente formados e capacitados para trabalhar com pessoas com deficiência? Neste sentido o presente trabalho busca dialogar com professores sobre o tema e apresentar os resultados para subsidiar ações referentes ao atendimento de pessoas com deficiências em escolas regulares. A discussão sobre a inclusão educacional vem crescendo no mundo inteiro e teve início nos anos 90, a partir daí leis foram criadas visando o melhor atendimento dos incluídos em escolas regulares. A metodologia usada foi qualitativa com relato de experiência de Três professores da rede pública municipal de Ijuí RS que aceitaram escrever sobre suas experiências enquanto professores de Anos Iniciais de classes regulares com alunos especiais as professoras relataram que já trabalhado com alunos incluídos ao longo de suas práticas pedagógicas. Não tiveram a formação inicial adequada para melhor atender os alunos, porém fizeram cursos de formação continuada, mas apesar disso não se sentem tão preparadas para o trabalho e por isso acham importante às salas de AEE. Durante o diálogo apontaram para a necessidade de mais formações entre todos os profissionais da escola sobre o tema e adequação dos espaços evidenciando que são necessários mais estudos e formação bem como a colocação em prática da legislação vigente.

PALAVRAS - CHAVES: Educação Especial, formação, Atendimento Educacional Especializado.

ABSTRACT: For a long time the disabled person has been excluded from society and treated as someone unable to socialize and perform certain tasks. Over the years and the advent of laws the mentality and the way people with disabilities are treated has changed and especially in relation to the formal education that has now been offered preferentially in the regular network of education, so has arisen a concern: Are teachers properly trained and able to work with people with disabilities? In this sense, the present work seeks to dialogue with teachers about the subject and present the results to subsidize actions regarding the care of people with disabilities in regular schools. The discussion on educational inclusion has been growing all over the world and began in the 1990s, and laws have been created to better serve those enrolled in regular schools. The methodology used was qualitative with an experience report of tri teachers from the municipal public network of Ijuí RS who agreed to write about their experiences as teachers of Initial Years of regular classes with special students the teachers reported that already worked with students included throughout their practices pedagogical They did not have the initial training to better serve the students, but they did continuous training courses, but nevertheless they do not feel so prepared for the work and therefore they think the ESA rooms are important. During the dialogue they pointed out the need for more training among all school professionals about the subject and the adequacy of the spaces, showing that further studies and training are needed as well as the practical implementation of the current legislation.

KEYWORDS: Special Education. Training. Specialized Educational Assistance.

¹ Professora de Educação Infantil e Anos Iniciais

INTRODUÇÃO

Por muito tempo a pessoa com deficiência foi excluída da sociedade e tratada como alguém incapaz de se socializar e realizar determinadas tarefas. Com o passar dos anos e o advento de leis a mentalidade e a forma como as pessoas com deficiências são tratadas foi mudando e principalmente em relação à educação formal que passou a ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino.

Para atender adequadamente aos alunos com deficiência existem leis que devem se cumpridas. Também são necessários professores capacitados tanto na teoria como na prática. As escolas também precisam oferecer AEE (Atendimento Educacional Especializado) em turno inverso.

Os alunos que participam do AEE são atendidos em salas regulares surgindo uma inquietação: Os professores estão devidamente formados e capacitados para trabalhar com pessoas com deficiência? Neste sentido o presente trabalho busca dialogar com professores sobre o tema e apresentar os resultados para subsidiar ações referentes ao atendimento de pessoas com deficiências em escolas regulares.

METODOLOGIA

Para realização desta pesquisa aplicou-se uma metodologia qualitativa com relato de experiência de três professores da rede pública municipal de Ijuí RS que aceitaram escrever sobre suas experiências enquanto professores de Anos Iniciais de classes regulares com alunos especiais. As professoras entregaram de forma escrita suas contribuições para o presente artigo relataram suas formações, experiências, opinião sobre a necessidade de mudança ou não para melhor atender aos incluídos. No decorrer do artigo serão chamadas como professora 1, professora 2 e professora 3. Suas escritas foram transcritas na íntegra para discussão. A rede publica municipal de Ijuí conta com escolas Fundamentais equipadas com salas de recursos também chamadas de Atendimento Educacional Especializado com profissionais devidamente capacitados para atender estes espaços sendo que os alunos incluídos estão matriculados em classes regulares e tem o atendimento nessas salas em turno inverso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais em escolas regulares, as professoras relataram que ao longo de sua pratica pedagógica já atenderam alunos incluídos.

“Os alunos que eu tinha eram deficientes auditivos. Foi muito bom tê-los inclusos, pois aprendi muito com eles e a professora interprete que tinha na minha sala algumas coisas eu aprendi, entendi que os registros dos deficientes auditivos não é totalmente igual aos que não possuem esta deficiência ex- Na frase: eu vou à escola escreve-se eu escola aprendo”.
(Professora 1)

“Eu já atendi alunos com deficiência mental e cadeirante comprometido motor e cognitivamente”. (professora 2)

“Sim, já entendi turma com alunos incluídos. Os dois alunos atendidos tinham uma deficiência cerebral leve”. (Professora 3)

O relato evidencia que nos últimos anos os alunos com necessidades especiais estão chegando às escolas regulares e apresentam dificuldades diversas. Como é sabida a inclusão passou a ser pensada no Brasil a partir da década de noventa e Segundo MENDES (2010, p.105):

“a educação especial brasileira no final da década de noventa vai ser marcado pela sua inserção no contexto de reforma educacional do sistema educacional e pelo caloroso debate da inclusão escolar, envolvendo uma dicotomização do campo entre os adeptos da educação inclusiva e os adeptos de uma visão mais radical baseada na inclusão total”.

Desde a promulgação das leis vigentes no país sobre a Educação Especial é notório o espaço que a inclusão vem ganhando nos cursos de formação inicial e continuada..

Com o advento da inclusão passou a ser necessária a preparação dos professores para receber e trabalhar com incluídos. Neste trabalho ambas as professoras relataram não ter estudado em sua formação inicial assuntos envolvendo a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades e demonstraram sentir-se despreparadas para trabalhar estas questões.

“Quando fiz pedagogia não ofereciam nenhum componente curricular sobre inclusão. Não se falava em inclusão no curso. No entanto no decorrer da minha prática profissional participei do curso de libras e formação sobre a inclusão. Quanto ao estar preparada ou não... penso que sempre temos o que aprender, sempre tenho participado de cursos sobre o assunto. Confesso que não me sinto preparada para trabalhar com deficientes da forma que eles precisam”. (Professora 1)

“Em minha formação não tive nada específico para alunos incluídos. Na medida do possível quando surgem oportunidades participo de formações. Não me sinto preparada para trabalhar com alunos incluídos, pois cada caso é único e muito desafiador”. (Professora 2)

“Na minha formação não teve nenhum componente curricular que tratava desse assunto. O que se falava e pouco era hiperatividade. Dificilmente me sinto preparada para trabalhar com alunos incluídos. Esse desafio sempre é novo porque cada caso é um caso”. (Professora 3)

Apesar de não ter tido uma formação inicial que as preparassem para a inclusão de alunos especiais ambas relataram fazer cursos de formação continuada sobre o assunto, mas

demonstraram sentir-se despreparadas. A falta de formação inicial e o aparente despreparo dos professores é algo que deve ser sanado, pois Conforme

A professora três acrescenta em sua fala aspectos relacionados à aprendizagem dos professores na prática e qual deve ser a postura do educador em sala de aula.

“Os aprendizados em relação a este tema através da prática são muitos. Inicialmente temos que conhecer a criança e criar laços afetivos, de confiança para que o trabalho se efetive. Cada criança tem uma trajetória, tem um olhar familiar que a conduz para que entender a sua situação física e cognitiva, o que não é nada simples, tanto para a família como para a criança. Diante disso, o educador precisa ter conhecimento sobre a deficiência da criança, conhecer o aluno, suas limitações, suas potencialidades e necessidades e a partir disso, ver as possibilidades de aprendizagens. O planejamento é diferenciado para que possa atender a individualidade de cada criança.”

Um apoio importante aos professores com alunos incluídos são as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). O AEE deve atender os alunos incluídos em turno inverso e sobre este assunto as professoras opinaram que:

“É muito importante desde que o profissional que atende eles, seja realmente preparada (tenha uma formação específica) e saiba como trabalhar cada deficiência”. (professora 1)

“A importância é no sentido de oferecer um atendimento especializado e individualizado para cada aluno de acordo com o laudo diagnosticado pelo médico”. (Professora 2)

*“O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é importante porque é um recurso para a Inclusão **Escolar** de pessoas com deficiência. Cabe ao educador do AEE elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias para contribuir para o melhor desempenho do aluno com deficiência em suas aprendizagens e autonomia, para sua vida escolar, social e familiar”. (Professora 3).*

Ambas acham um auxílio para o trabalho desenvolvido em sala de aula com profissionais que tenham formação específica e por conta disso estejam mais preparados para atender as diferentes demandas. GUIMARÃES *et al.*(2012, p.6) afirma que:

O atendimento educacional especializado é realizado prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais na própria escola ou em outra escola de ensino regular no turno inverso da escolarização. Atender a essas necessidades pressupõe uma mudança no olhar que a escola lança sobre esse indivíduo preconizando não a adaptação do aluno a ela, mas a adaptação do contexto escolar a ele.

Sendo assim forma-se então uma importante parceria entre os profissionais que atendem no AEE e os professores das turmas regulares.

Devido à importância da reflexão sobre o que deve ser aprimoradas para melhor atender as crianças incluídas em suas considerações finais as professoras afirmaram que:

“Como existe varias deficiências, as escolas precisam se adaptar o esforço físico para poder acolher as múltiplas deficiências como cegos cadeirantes entre outros... Oferecer formações

constantes para os profissionais das escolas, pois todos precisam saber se relacionar por ex: com os deficientes auditivos, cegos...” (professora 1).

“Acredito que o oferecimento de mais cursos de formação continuada, seminários, troca de ideias, estudo de leis em vigência e acompanhamento da mantenedora no caso da rede municipal. Essas formações devem ser oferecidas também para os profissionais que auxiliam no trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula”. (professor 2)

“O que pode ser aprimorado para melhor recebermos as crianças incluídas nas escolas é o acolhimento, o conhecimento sobre a deficiência para atuarmos com mais eficiência e paciência pedagógica; aliar estes três aspectos como forma de poder contribuir de maneira positiva na vida dessas crianças. Acredito que a minha preocupação maior é: que marcas deixamos na vida dessas crianças. Pensando nisso, nos reconstruímos como pessoa e como profissional”. (Professora 3)

A importância do espaço adequado e formação foram apontadas como principais necessidades para a qualificação do trabalho. Estes itens estão previstos *Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)* que ano de 2007, passou a vigorar e cujos eixos estavam voltados para as seguintes ações:

A formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada BPC (BRASIL, 2010, p. 15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou dialogar com professores sobre o tema e apresentar os resultados para subsidiar ações referentes ao atendimento de pessoas com deficiências em escolas regulares. Ambas as participantes relataram ter trabalhado com alunos incluídos ao longo de suas práticas pedagógicas. Não tiveram a formação inicial adequada para melhor atender os alunos, porém fizeram cursos de formação continuada, mas apesar disso não se sentem tão preparadas para o trabalho e por isso acham importante às salas de AEE. Durante o diálogo apontaram para a necessidade de mais formações entre todos os profissionais da escola sobre o tema e adequação dos espaços. Os apontamentos feitos pelas participantes da pesquisa serão facilmente postos em prática se a legislação vigente for cumprida diariamente, pois leis foram criadas para facilitar a inclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 22/08/2017.

_____. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 set. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm> Acesso em: 22/08/2017.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 11 de fevereiro de 2001. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/resolucaoce.pdf>>. Acesso em: 22/08/2017.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o plano nacional de educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 22/08/2017.

GUIMARÃES R. O *et al.* Compreendendo o funcionamento das salas de atendimento educacional especializado: Dos trilhos as trilhas. In: **Anais...** V congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa, 2012.

MENDES E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, vol. 22, núm. 57, maio-agosto, 2010.

POKER, R. B. Pedagogia inclusiva: nova perspectiva na formação de professores. **Educação em Revista**, Marília, n.4, p.39-50, 2003. **150**